

**PROCESSO UNIFICADO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR
PROVA DE CONHECIMENTOS SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

NOME DO CANDIDATO: _____

LOCAL DA PROVA: _____ DOC. DE IDENT.
: _____

1. O Conselho tutelar é o órgão encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por:

- a) cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de dois anos, permitida uma recondução, que exercem função de interesse público relevante e sem remuneração.
- b) cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução, que exercem a função pública de interesse social, com direito à remuneração.
- c) cinco membros, escolhidos pela população local, para mandato de 04(quatro) anos, permitida uma recondução.
- d) Seis membros, escolhidos pelo Poder Executivo local.

2. Nas Comarcas onde não houver Conselho Tutelar instalado, segundo o Estatuto da

Criança e do Adolescente, suas funções serão exercidas pelo(a)

- a) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- b) Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS
- c) Autoridade Judiciária
- d) Comissário de Menores.

3. Podemos afirmar que são atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- a) Atender e aconselhar os pais ou responsável.
- b) Promover a execução de suas decisões.
- c) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- d) Fornecer autorização de viagem para crianças e adolescentes.

4. Em relação à Constituição Federal de 1988 e o Direito da Criança e do Adolescente, é

correto afirmar:

- a) a Constituição Federal recepciona a Doutrina da Proteção Integral, cuja matriz principal é o entendimento de que a criança e o adolescente são sujeitos de direitos;
- b) Adota a Doutrina do menor irregular, que afirma que o mesmo encontra em situação de vulnerabilidade social por culpa exclusiva dos pais ou responsáveis;
- c) Estabelece que a idade penal para crianças e adolescentes é de 18 anos de idade.
- d) Responsabiliza apenas o Estado pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes.

5. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/90):

- a) é considerada criança a pessoa com até 10(dez) anos de idade e adolescente, a pessoa entre 10(dez) e 16(dezesseis) anos de idade;
- b) é considerada criança a pessoa com até 12(doze) anos de idade e adolescente a pessoa com mais de 12(doze) anos de idade e menor de 17(dezessete) anos de idade;
- c) A criança é aquela com até 13(treze) anos de idade e adolescente aquela com idade entre 14(quatorze) e 18(dezoito) anos de

idade.

- d) criança é a pessoa até 12(doze) anos de idade incompleto, e adolescente aquela entre doze anos de idade e dezoito anos de idade.

6. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), NÃO É uma diretriz da política de atendimento:

- a) Municipalização do atendimento.
- b) Manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente.
- c) Mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.
- d) Atendimento centralizado nos CRAS e CREAS.

7. De acordo com o artigo 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente, não é requisito para ser conselheiro tutelar:

- a) idoneidade moral
- b) carteira nacional de habilitação.
- c) idade superior a 21 anos de idade.
- d) residência no município.

8. A medida protetiva de

colocação em família substituta somente pode ser aplicada pela autoridade judiciária, a pedido de legítimo interessado. São formas de colocação em família substituta:

- a) Tutela, Termo de Responsabilidade, Adoção.
- b) Família Acolhedora, Abrigo e Tutela.
- c) Casa – Lar, Casa de passagem, adoção.
- d) Tutela, guarda e adoção.

9. Em relação ao direito à convivência familiar de crianças e adolescentes, marque a alternativa correta.

- a) Os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, não terão os mesmos direitos e qualificações.
- b) Os pais ou responsáveis não incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores.
- c) A falta de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do poder familiar.
- d) Toda criança ou adolescente que se encontrar acolhido em instituição de acolhimento familiar ou institucional terá a sua situação

reavaliada a cada 6(seis) meses, podendo ficar acolhida, por no máximo, 2(dois) anos, salvo comprovada a necessidade que atenda ao seu superior interesse.

10. Segundo o artigo 56 do ECA, a escola deve comunicar ao Conselho Tutelar:

- a) a falta ocasional do aluno à escola.
- b) o comportamento indisciplinar dos alunos no horário do recreio.
- c) os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos.
- d) a ausência dos pais à escola para tratar de seus filhos

11. Ao adolescente que pratica ato infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente comina as medidas socioeducativas previstas no artigo 112. Assinale a alternativa que apresenta somente medidas socioeducativas.

- a) advertência, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e detenção.
- b) internação, semiliberdade, admoestação e reparação do dano.
- c) reparação do dano, liberdade assistida, internação e reclusão.
- d) prestação de serviços à

comunidade, liberdade assistida, reparação do dano e advertência.

12. O artigo 39 do ECA caracteriza a adoção como medida excepcional, a qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos necessários de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa. Além disso, acrescenta que a adoção:

- a) poderá ser anulada, caso os adotantes não cumpram os compromissos assumidos.
- b) Não poderá ser revogada.
- c) se torna nula em caso de morte do adotante.
- d) Pode ser revogada pelo Conselho Tutelar.

13. A mãe de uma criança portadora de deficiência procurou o Conselho Tutelar pedindo orientação quanto à possibilidade de atendimento educacional para a sua filha. A conselheira Tutelar explicou que o artigo 54 do ECA determina que é dever do Estado assegurar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

- a) desde que o tipo de deficiência não prejudique o desempenho

escolar da criança.

- b) preferencialmente em instituições especializadas, fora da rede regular de ensino.
- c) desde que não seja caso de deficiência mental.
- d) preferencialmente na rede regular de ensino.

14. Tiago, sete anos de idade, foi submetido a uma cirurgia e deve ficar hospitalizado por um longo período de tempo. De acordo com o artigo 12 do ECA, os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência, em tempo integral:

- a) de ambos os pais.
- b) de um dos pais ou responsável.
- c) da mãe ou da pessoa por ela indicada.
- d) de ambos os pais ou de pessoas por eles autorizadas.

15. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 4º, elenca como Prioridade Absoluta para a criança e o adolescente:

- a) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

- b) encaminhamento da criança ou adolescente para o CRAS.
- c) preferência no atendimento de crianças em filas de bancos.
- d) Preferência do trabalho do menor aprendiz em relação à sua frequência escolar.

16. Érica deverá ser colocada m família substituta, mediante guarda. Nesse caso, é dever da autoridade judiciária e da equipe interprofissional, ouvir Érica, caso ela tenha:

- a) 7 anos de idade
- b) 8 anos de idade.
- c) 10 anos de idade.
- d) 12 anos de idade.

17. De acordo com o artigo 91 do ECA, as entidades não governamentais de atendimento à criança e adolescentes somente poderão funcionar quando devidamente registradas. O órgão no qual deve ser solicitado o registro e a validade máxima do registro, são, respetivamente:

- a) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - 4 anos.
- b) o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – 10 anos.

- c) o Conselho Tutelar – 4 anos.
- d) A Secretaria Municipal de Assistência Social – 5 anos.

18. A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Considerando o disposto no artigo 121 do ECA dentre, as determinações abaixo, aquela que se aplica a essa medida é:

- a) em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a 2(dois) anos.
- b) em nenhuma hipótese será permitida a realização de atividades externas.
- c) a desinternação não exige autorização judicial prévia.
- d) a liberação será compulsória aos 21(vinte e um) anos de idade.

19. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional:

- a) a conduta descrita como crime, em que a pena não seja superior a 04 (quatro) anos.
- b) a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- c) Apenas a conduta descrita como

contravenção penal.

d) A conduta apenas descrita como crime.

20. Em relação à adoção assinale a alternativa CORRETA:

a) é possível ser feita a adoção por procuração.

b) Em qualquer hipótese, o adotando deve contar com, no máximo, 15(quinze)anos à data do pedido.

c) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios.

d) O adotante há de ser, pelo menos, 18(dezoito) anos mais velho do que o adotando.

21. Uma mãe comparece no Conselho Tutelar afirmando querer dar seu filho para adoção. Não sendo atribuição do Conselho Tutelar, deverá esta ser encaminhada para:

a) O Conselho municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

b) Juiz da Infância e Juventude.

c) Defensoria Pública

d) Delegacia de Polícia.

22. Com relação às disposições

do ECA acerca da colocação da criança e do adolescente em família substituta, assinale a opção correta:

a) A colocação da criança em família substituta, na modalidade de adoção, constitui medida excepcional, preferindo-se que ela seja criada e educada no seio saudável de sua família natural.

b) A guarda destina-se a regularizar posse de fato e, uma vez deferida pelo juiz, não pode ser posteriormente revogada.

c) Somente a adoção constitui forma de colocação da criança em família substituta.

d) O guardião não pode incluir a criança que esteja sob sua guarda como beneficiária de seu sistema previdenciário visto que a guarda não confere à criança condição de dependente do guardião.

23. Acerca do ECA, assinale a opção correta:

a) Nos casos de ato infracional, a competência jurisdicional, em regra, será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável pelo adolescente.

b) O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou

transportado em compartimento fechado de veículo policial, sob pena de responsabilidade.

c) A representação feita pelo Ministério Público em face de adolescente dependerá de prova pré-constituída da autoria e materialidade do ato infracional.

d) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, de logo, encaminhado à autoridade policial competente, para oitiva e qualificação.

24. Assinale a opção correta acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente:

a) Caso não haja sentença condenatória, a internação pode ser determinada pelo prazo máximo de sessenta dias.

b) Considerando-se ato infracional a conduta descrita como crime, não sendo consideradas atos infracionais as contravenções penais.

c) Para os efeitos desta lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do resultado da conduta delitiva, ainda que outra seja a data da ação ou omissão.

d) O adolescente somente será privado de sua liberdade em caso

de flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

25. Acerca da medida socioeducativa de internação prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta:

a) Essa medida somente pode ser aplicada em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

b) Não é permitida a realização de atividades externas pelo interno, salvo com expressa autorização de autoridade judicial.

c) Quando não houver local apropriado, o adolescente poderá permanecer em estabelecimento prisional destinado a maiores, desde que haja critérios de separação de sexo e gravidade da infração.

d) A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.

26. As medidas que podem ser aplicadas pela autoridade competente ao adolescente que pratique ato infracional não incluem a:

a) inserção em regime de semiliberdade.

- b) prestação de trabalhos forçados.
- c) obrigação de reparar o dano.
- d) liberdade assistida.

- b) 2
- c) 3
- d) 4

27. Julgue os itens seguintes, que estão relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. A finalidade precípua da Lei n.º 8.069/1990 é conferir proteção à criança e ao adolescente, mesmo que autor de ato infracional, buscando, no tempo fixado pela própria norma especial, reeducar e corrigir rumos de comportamento, no interesse maior do adolescente, que, indiscutivelmente, é também o interesse da sociedade como um todo.

II. O ECA prevê que as medidas e proteção impostas podem ser substituídas a qualquer tempo, desde que assim seja necessário.

III. O ECA afirma que o adolescente internado deve ser liberado compulsoriamente aos 16 anos de idade.

IV. A medida socioeducativa de internação pode ser aplicada em qualquer ato infracional, não apenas nos graves.

A quantidade de itens certos é igual a:

- a) 1

28. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A garantia de prioridade compreende:

I – A preferência de receber proteção e socorro em qualquer hospital, público ou particular;

II – Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

III – primazia na formulação de políticas assistencialistas voltadas à infância;

IV – Destinação privilegiada de recursos públicos à infância e à juventude somente nas áreas relacionadas à prevenção.

- Tendo analisado os itens acima, é verdadeiro afirmar que:

- (A) todos os itens estão corretos.

- (B) os itens I e II estão corretos.
- (C) os itens I, II e III estão corretos.
- (D) os itens II e IV estão corretos.

29. Em relação ao direito à vida e à saúde, o Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve que:

- (A) a gestante será encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo critérios médicos específicos, obedecendo-se aos princípios de regionalização e hierarquização do Sistema.
- (B) o pré-natal somente será assegurado à gestante com alto risco na gravidez, desde que ela esteja inscrita no programa de benefícios sociais.
- (C) a parturiente passará por vários especialistas, não sendo recomendado ser acompanhada por um único médico.
- (D) somente em casos de estupro e abuso sexual será assegurada assistência psicológica no período pré-natal à gestante a fim de serem minorados os traumas advindos da gravidez.

30. Considere a hipótese: Ana, solteira, 20 anos, quer adotar

João, de cinco (05) anos, para o que possui todas as condições materiais, psicológica e financeiras. Baseado no que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre adoção, Ana poderá adotar João?

- (A) Não, pois apesar de os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil, poderem adotar, o adotante a de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- (B) Não, pois só poderão adotar os maiores de 21 anos, comprovadamente casados no civil, sendo os cônjuges adotantes dezoito anos mais velhos que o adotando.
- (C) Sim, porque a idade para adotar é a partir de 20 anos, sendo que a diferença de idade entre o adotante e o adotando deverá ser e quinze anos. Ademais, a situação material e financeira de Ana é condição fundamental para adoção.
- (D) Sim, pois qualquer pessoa com situação financeira e psicológica comprovada por autoridade judicial poderá adotar uma criança ou adolescente, independente do estado civil, da idade, e da diferença de idade entre adotante e adotando.

31. No seu art. 4º, o ECA defende que é preciso assegurar [...] com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. “De quem é essa responsabilidade”?

(A) Somente do poder público em todas as suas instâncias.

(B) Somente da família e da escola.

(C) somente da família e da comunidade.

(D) Da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.

32. O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro quanto à proibição e à venda, à criança ou ao adolescente, de:

I – Armas, munições e explosivos.

II – Bebidas alcoólicas e refrigerantes.

III – Produtos cujos componentes possam causar dependência

física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.

IV – Bilhetes lotéricos e equivalentes.

Assinale a alternativa correta:

(A) Somente as opções I e IV estão corretas.

(B) Somente as opções I, II, e III estão corretas.

(C) Somente as opções I, III, e IV estão corretas.

(D) Somente as opções I, II e IV estão corretas.

33. A respeito do acolhimento institucional e do acolhimento familiar, é correto afirmar:

A) São medidas definitivas, implicando na privação da liberdade do adolescente.

B) São medidas transitórias, mas não excludentes, em que a família substituta acolhe o menor.

C) São medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

(D) São medidas balizadas pela Lei vigente que determina que a criança e/ou adolescente seja recebido por família substituta exclusivamente.

34. Assinale a alternativa que corresponda ao papel do Conselho Tutelar:

(A) O Conselho Tutelar é órgão dependente do Ministério Público, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Constituição Federal.

(B) O Conselho Tutelar é órgão permanente, subordinado à Secretaria de Assistência Social de cada município, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos pela Lei nº 9.394/96.

(C) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA.

(D) O Conselho Tutelar é órgão dependente do Juizado da Criança e do Adolescente, encarregado pela sociedade de zelar pelo

cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos pela Lei nº 9.394/96.

35. Em relação ao ato infracional cometido por criança e/ou adolescente, analise as afirmativas a seguir e assinale com V as verdadeiras e, com F, as falsas:

() Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

() São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas no ECA.

() Para os efeitos do ECA, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

() Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas punitivas estabelecidas na Constituição Federal.

Assinale a sequência correta:

(A) V-F-V-F.

(B) F-F-F-V.

(C) V-V-F-F.

(D) V-V-V-F.

36. Em relação às medidas

socioeducativas, verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I – Advertência.

II – Obrigação de reparar o dano.

III – Prestação de serviços à comunidade em trabalho determinado pelo próprio adolescente.

IV – Liberdade assistida.

V – Inserção em regime de semiliberdade.

VI – Internação em estabelecimento penal.

Assinale a alternativa correta:

(A) Somente as medidas II, III, IV e VI estão corretas.

(B) Somente as medidas I, III e VI estão corretas.

(C) Somente as medidas III, IV e V estão corretas.

(D) Somente as medidas I, II, IV e V estão corretas.

37. Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade

judiciária poderá determinar uma medida cautelar. Em relação a essa matéria, analise as medidas a seguir:

(A) Prisão do agressor.

(B) Perda da guarda.

(C) Afastamento do agressor da moradia comum.

(D) Destituição da tutela.

38. Quanto à apuração de Ato Infracional atribuído a adolescente quando apreendido em flagrante, esse será encaminhado:

(A) À autoridade judiciária.

(B) À autoridade policial competente.

(C) Ao Conselho Tutelar.

(D) À autoridade familiar.

39. O Art. 245 do ECA estabelece que se “Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo

suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente”, terá cometido:

- (A) Crime em Espécie.
- (B) Crime contra o patrimônio humano.
- (C) Infração Judiciária.
- (D) Infração Administrativa.

40. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que não é função da Justiça da Infância e Juventude, de acordo com o artigo 148 do ECA:

- a) conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público contra adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional.
- b) aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança e ao adolescente.
- c) conhecer de casos encaminhados pelo Conselho Tutelar, aplicando as medidas cabíveis.
- d) Fiscalizar o processo de escolha do Conselho Tutelar.